

Um novo modelo para o catolicismo Instituições laicas romanizadas na Bahia(1890-1930)*

Israel Silva dos Santos **

Resumo: O presente artigo aborda as novas relações estabelecidas entre a Igreja Católica romanizada e o laicato na Bahia da Primeira República. Suas posturas frente as tradicionais organizações laicas e as novas associações que a Igreja Católica procurou incentivar durante este período. Analisa também suas funções, no sentido de defender a instituição católica frente ao novo contexto político e cultural.

Palavras-chaves: Religião, Igreja Católica, Romanização

Abstract: The present article is about the new relations established between romanized Catholic Church and your laity members in Bahia of First Republic. Analyze its actions front the traditional laity organizations and the new associations that the Catholic Church encouraged during this period. It also studies theirs functions to protect the catholic institution front the new political and cultural context.

Key-words: Religion, Catholic Church, Romanization

O século XIX marcou uma mudança na postura da Igreja Católica Apostólica Romana frente aos seus fiéis, tanto no que diz respeito às expressões de fé do catolicismo popular, quanto no tipo de relação que passou a desenvolver com as instituições dominadas por esses mesmos fiéis. Neste ensaio, focalizaremos este último aspecto, analisando o que chamamos de associações católicas tradicionais e associações católicas típicas de um modelo romanizado.

A romanização pode ser entendida como um movimento no interior da Igreja Católica que se traduz, sobretudo, num projeto hierarquizante onde o poder de direção se assenta sobre a figura do Papa a nível mundial, do bispo, na diocese, e do padre, na paróquia (WERNET, 1897: 185). Esse processo de centralização se iniciou no Brasil por volta da primeira metade do século XIX, quando a ação dos chamados bispos reformadores¹ passou a influir nos destinos da Igreja brasileira. Ela procurou unificar não só os discursos e as práticas

* Este texto resume algumas idéias apresentadas em nossa dissertação de mestrado intitulada: “Igreja Católica na Bahia: a reestruturação do arcebispado primaz (1890-1930)”. Salvador: UFBa, 2006.

** Doutorando em História Social pela Universidade Federal da Bahia.

¹ Sobre a expressão “bispos reformadores”, é utilizada por Riolando Azzi e outros autores e se refere à figura de alguns preladados que em suas dioceses representaram o movimento romanizador: D. Romualdo Antônio de Seixas (1828-1860), na Bahia, D. Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875), em Mariana e D. Joaquim de Melo (1851-1861), em São Paulo.

dos membros do clero, mas também, estabelecer um modelo específico de religiosidade para os fiéis católicos. Em última análise, o modelo estabelecido caracterizado pelo controle, acabou entrando em choque com a tradicional religiosidade popular, que tinha na liberdade de atuação das irmandades e ordens terceiras o símbolo máximo da organização religiosa desses indivíduos. Para Mattoso,

O primeiro objetivo de uma irmandade era congregar certo número de fiéis em torno da devoção a um santo escolhido como padroeiro. Frequentemente seus membros viviam na vizinhança da mesma paróquia, mas havia irmandades que associavam pessoas por devoção, ofício, cor da pele ou estatuto social. A base de tudo era o “compromisso”, conjunto de regras – submetidas desde logo à aprovação do rei – que determinavam os objetivos da associação, as modalidades de admissão de seus membros, seus deveres e obrigações...(MATTOSO, 1992: 397).

Portanto, como coloca a autora, o “compromisso” era submetido à aprovação do rei e não do bispo ou de qualquer outro religioso, caracterizando uma imagem de instituição laica e ao mesmo tempo religiosa. Como veremos a partir de agora, essa postura entrou em conflito aberto com o ideal centralizador da romanização.

Conflitos entre o clero romanizador e as tradicionais confrarias

Um dos conflitos mais famosos para a história da Igreja Católica brasileira foi aquele gerado pela tentativa do bispo de Olinda, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, para expulsar os membros maçons da Irmandade do S. S. Sacramento. Embora tenha ocorrido na província de Pernambuco, repercutiu em todo o império, ganhando o apoio do arcebispo da Bahia, D. Manuel Joaquim da Silveira. A Igreja, desde o século XVIII, via na maçonaria um reduto das idéias liberais que ela condenava, pois essas “sociedades secretas” defendiam muitas vezes a “liberdade popular”, o “latitudinarismo religioso” e a “separação entre Igreja e Estado”. Os membros da irmandade acabaram recorrendo ao governo imperial, que decidiu pela anulação da ordem do bispo. Não aceitando a decisão, D. Vital e o bispo do Pará, o baiano, D. Antônio de Macedo Costa, foram presos. Dentre os muitos argumentos apresentados para a decisão do Estado imperial, apresentava-se a questão do beneplácito do governo ou da assembléia legislativa que não se havia dado, ou seja, a irmandade era mais submissa ao Estado do que à Igreja. Para Azzi

*O resumo central de atrito era a própria natureza das confrarias. Segundo D. Vital, as irmandades eram associações de caráter religioso, e competia ao bispo ter o **controle**² sobre sua organização e atividades. As irmandades, pelo contrário, colocavam ênfase em seu caráter misto, e julgavam-se mais vinculadas ao poder civil que a autoridade religiosa (AZZI, 1977: 86).*

Em suma, o que se desenvolveu foi um conflito entre duas esferas do poder – o espiritual e o temporal – em que a autoridade religiosa ficava relegada a segundo plano ante ao Estado. Esse conflito ocorreu entre os anos de 1872 a 1875, tencionando as relações entre Igreja e Estado. Contribuiu para reforçar o discurso eclesiástico de perseguição pelas autoridades temporais e dos planos liberais para suprimir a liberdade da Igreja³.

Outro momento de conflito foi o enfrentado por D. Jerônimo Thomé da Silva (1894-1924), quando assumiu o arcebispado da Bahia em 1894. De acordo com José Eduardo de Carvalho, que narrou o problema, o novo prelado não aceitou a composição da mesa eleita para a direção da irmandade. Por isso, o mesmo nomeou o pároco da freguesia da Penha como administrador apostólico da devoção do Senhor do Bomfim, alegando que aquela constituição não atendia as normas estabelecidas pelo Direito Canônico. Carvalho, que participou diretamente da questão argumentou que a responsabilidade não cabia à Mesa da Devoção, pois,

vários Estatutos de compromissos para a formação da irmandade, em diferentes épocas, foram apresentadas ao arcebispo para a devida aprovação e jamais qualquer deles teve andamento e muito menos solução, ficando na Secretaria Eclesiástica (CARVALHO FILHO, 1944: 71-72).

O controle sobre o laicato, típico do modelo romanizado, mais uma vez ficou demonstrado pela execução do direito do prelado de fiscalizar as confrarias. Certamente algum elemento no documento fez D. Jerônimo não aceitar a sua aprovação. Infelizmente, não temos outros dados sobre o porquê da postura do novo arcebispo.

No governo do arcebispo, D. Augusto Álvaro da Silva (1925-1968), também houve conflitos por questão de autoridade. Um primeiro exemplo que podemos citar, foi ocorrido no período da derrubada da Sé, na cidade do Salvador, em 1933. Nele a irmandade do S. S. Sacramento, instalada ali, questionou a venda do prédio e dos bens existentes, alegando “direitos” sobre os mesmos. Os membros da confraria julgavam que o arcebispo não tinha autoridade, nem competência, para fazer o negócio, retirando-lhe a autoridade de tomar tal decisão (PERES, 1973: 131). Já em suas visitas pastorais, o mesmo prelado foi radical em sua posição frente à irmandade da Conceição, estabelecida na cidade de Jacobina, interior do estado:

² Grifo nosso

³ Sobre a questão ver: PEREIRA, Nilo. Conflitos entre Igreja e Estado. Recife: Massananga, 1982; LUSTOSA, D. Antônio de Almeida. D. Macedo Costa: bispo do Pará. Rio de Janeiro: Cruzada da Boa Imprensa, 1937.

Tendo nós marcado a visita da igreja e irmandade da Conceição para o dia 21, ali fomos acompanhados de nosso secretário e mais sacerdotes da comitiva. Infelizmente fomos desrespeitados em nossa autoridade, o que nos obrigou a distinguir a referida irmandade insubordinada e declarar interdita a Igreja da Conceição (Termos das Visitas Pastorais de D. Augusto Álvaro da Silva, 1926-1954: 12-13)

Como se nota, a questão da autoridade do bispo e demais religiosos sobre os fiéis é sempre evocada nos discursos apresentados. A tradicional liberdade conferida ao laicato passou a ser combatida no momento em que um novo modelo romanizado de instituição também começou a ser estimulado. Na verdade, como foi afirmado no I Congresso Católico de Leigos, ocorrido em Salvador, no ano de 1900, as irmandades e ordens terceiras até poderiam ser formadas, mas “deveriam ser chamadas ao seu verdadeiro fim e postas em inteira sujeição ao Ordinário da Diocese em que se achavam.” Que deveriam sempre se formar “sob a direção segura e salutar do Ordinário”, prestando o seu fim que era o “culto externo”, isto é, as celebrações públicas. Portanto, anotaram os religiosos que as mesmas quando “bem instituídas e mantidas fiéis as suas regras, servem admiravelmente para fazer florescer a piedade, edificando os fiéis e acrescentando não pouco esplendor às funções sagradas.” (Atas do I Congresso Católico de Leigos, 1900: 61-79).

As novas organizações laicas romanizadas

Apesar de permitir a existência das tradicionais associações de leigos, a Igreja procurou incentivar novas modalidades de associação, mais próxima dos parâmetros requeridos pela romanização. Essas instituições, como não podia deixar de ser, já nasciam sob a direção direta de membros do clero e a participação nessas instituições variava conforme a função de cada uma delas⁴. Podemos dizer que uma de suas características mais marcantes é o fato de reunir em seus quadros, muitas vezes, membros das classes média e alta na Bahia. A Igreja tinha como um dos fundamentos de seu discurso utilizar esses indivíduos como exemplo para a classe menos abastada, principalmente nos momentos de cultos públicos:

...é mister sobretudo que as pessoas mais notáveis da sociedade, aquele que por sua posição social ocupar cargos honrosos, façam ato de culto público para o povo, influenciando em seu ânimo, fazendo ter um alto conceito da religião e da piedade, estimulando seus iguais em condição, levar de vencido o respeito humano, que os escraviza longe das práticas da religião (Atas do I Congresso Católico..., 1900: 61-79).

⁴ Importante colocar que essas instituições não surgiram somente no estado da Bahia, mas proliferaram por todo o Brasil, de forma consciente, organizada pelo clero, no projeto de reforma da Igreja Católica no país.

Como se pode perceber, “as pessoas mais notáveis da sociedade” eram instrumento de exemplo para o povo, mas também servia para tentar reaproximar outros indivíduos da elite baiana afastados da religião, por conta das idéias atérias propostas pelo racionalismo, como vertente filosófica, o liberalismo, como vertente política, e o protestantismo e o espiritismo, como vertentes religiosas.

A Liga das Senhoras Católicas Brasileiras

A Liga das Senhoras Católicas Brasileiras foi fundada no segundo decênio do século XX, tendo seus estatutos submetidos à apreciação do arcebispo da Bahia, D. Jerônimo Thomé da Silva, no ano de 1914. Tinha como objetivo “congregar as vontades femininas, especialmente para defender a Santa Igreja Católica e propagar seus ensinamentos na família e na sociedade”(Estatutos da Liga Católica das Senhoras Brasileiras. In: Manuscritos de D. Jerônimo Thomé da Silva, 894-1924). Esse tipo de organização caracteriza um momento de crescimento da participação feminina na Igreja Católica, que ganhou força na segunda metade do século XIX, e cresceu por todo o século XX, quando os homens, estimulados pela possibilidade de ascensão econômica e social, promovidas pelo mundo moderno, se engajavam cada vez mais naquele universo de “doutrinas errôneas”. Para Riolando Azzi, contudo, havia uma “dependência” do sexo feminino em relação ao clero. Este último, “incutia-lhes visão conservadora e autoritária do mundo, fazendo-as inimigas das perspectivas liberais do mundo” (AZZI, 1992: 165). Essas senhoras atuavam, principalmente na família, “base da organização social”, instruindo seus filhos e empregados dentro dos “mandamentos de Deus e da Igreja” (Estatutos da Liga das Senhoras Católicas...).

Politicamente, a Liga também tinha sua forma de atuação, apesar do voto feminino ser criado no Brasil apenas em 1934. Dependendo do contexto vivido, as mulheres envolvidas com a organização, pressionavam os parlamentares com abaixo assinados, ou outros tipos de manifestações, contra ou a favor de projetos de interesse da Igreja Católica, como o da separação entre Igreja e Estado, o casamento civil e o divórcio. A Liga, enfim, deveria se empenhar na “santa cruzada” pela “conservação dos princípios católicos no seio da sociedade pátria, obra para cujo êxito são admiráveis a força e a perseverança da mulher verdadeiramente cristã...” (Revista Eclesiástica, outubro de 1914: 214).

A Associação das Senhoras de Caridade

A Associação das Damas, ou Senhoras de Caridade, foi outra instituição atuante nesse período. Fundada por São Vicente de Paulo, ainda no século XVI, suas atividades se concentravam no campo da beneficência social, como era de sua tradição, ajudando os enfermos nos hospitais, fazendo visitas às famílias pobres das dioceses onde estavam instaladas e dando trabalho e abrigo às jovens. Reuniam senhoras das “famílias da nossa melhor sociedade”. No I Congresso Católico de Leigos, defendiam a necessidade de fundar essas sociedades nas cidades onde ainda não existissem. Em Salvador, o cônego Cristiano Muller, relatou a instalação dessa organização em Salvador:

A Associação das Senhoras de Caridade, a cuja frente se encontra o Mons. Flaviano Osório Pimentel, alma de apóstolo incansável lutador pela boa causa, inaugurou com a presença do Exc. Primaz (D. Jerônimo), no dia 17 de julho de 1921 o novo pavilhão anexo ao Colégio da Providência, onde devem encontrar trabalho e abrigo as jovens não bafejadas pelo conforto da fortuna (MULLER, 1923: 53).

Neste pequeno trecho, o autor demonstra um aspecto importante: o controle do clero sobre mais essa instituição laica. A Revista Eclesiástica da Bahia apresentou algumas de suas contribuições: 1) a de assistência aos enfermos pobres; 2) o orfanato, dirigido pelas irmãs de caridade; 3) o colégio das pensionistas; 4) a classe das normalistas, “de criação recentíssima, para facilitar, mediante remuneração módica, o estudo nos cursos normais às jovens de fora da capital”; 5) o externato gratuito; 6) a sala dos trabalhos; 7) a casa de abrigo às moças solteiras, “que vai começar a ser realidade...” (Revista Eclesiástica, setembro de 1916: 272).

Costumeiramente, a Associação das Senhoras de Caridade trabalhava junto à Congregação das Irmãs de Caridade e completavam o trabalho assistencial desenvolvida pelas religiosas que, junto a outras Congregações⁵, tiveram importante papel no processo de reforma da Igreja Católica no decorrer do século XX (SANTOS, 2006: 100-112).

A Associação dos Estudantes Católicos

Outra associação importante criada no início do século XX foi a Associação dos Estudantes Católicos. Na Bahia, sua formação se deu no ano de 1915 e podemos dizer que

⁵ Na Bahia, contava-se ainda a presença das franciscanas, das dorotéias, das sacramentinas, das religiosas filhas de Santana, das ursulinas, das religiosas de Santa Catarina de Sena e religiosas da Caridade do Bom Pastor. Essas Congregações tinham basicamente o mesmo papel das Irmãs de Caridade, isto é, a assistência aos enfermos, às viúvas e os órfãos. No campo educacional, destacavam-se no trabalho com a juventude feminina.

tinha como um de seus objetivos principais, congregar “os distintos moços que freqüentam os cursos superiores das nossas academias, para o fim de praticarem Religião...” (Revista Eclesiástica, maio de 1915: 107). Mais do que isso, a Igreja procurava combater as idéias liberais, ditas “atéias” tão difundidas nesse restrito grupo. E se no nível básico, as Ordens religiosas tinham um papel fundamental na difusão dos valores católicos no ensino. No nível superior eram esses tipos de associações que faziam o trabalho de aproximação da juventude. O catolicismo que graças a muitas dessas idéias liberais era tido como símbolo do atraso brasileiro, desde o século XIX, organizou-se para afastar, na base, a elite da juventude baiana dessa época. Congregá-los, mantendo-os ligados ao catolicismo seria no futuro evitar contestações doutrinárias, políticas e filosóficas, além é claro, de manter sua influência na vida da coisa pública, pois era dessas academias que saíam as figuras mais notórias de nossa sociedade.

Na verdade, a Igreja Católica tinha seu próprio projeto para criar uma universidade, como pretendeu D. Jerônimo, no seu arcebispado. Entretanto, a conjuntura ainda não lhe permitia isso. A Igreja passava por diversos problemas de ordem econômica dada a separação do Estado em 1890. O fato é que uma universidade católica só foi fundada em 1961, na onda de formação das primeiras universidades brasileiras⁶.

A Liga da Boa Imprensa

No mundo contemporâneo uma das principais armas utilizadas pelos diversos grupos que se contrapunham (liberais, anarquistas, marxistas, católicos, protestantes e espíritas) era a imprensa. A Igreja desde a invenção da mesma por Johannes Gutemberg, no século XV, se pois contrária, afinal, foi a Bíblia um dos primeiros livros publicados, terminando assim, com o monopólio católico. Claro, a sua tradução por Martinho Lutero, no mesmo período também foi crucial para o agravamento do problema. Desde então a Igreja Católica se viu obrigada a conviver com diferentes interpretações da mesma e a conviver com a divulgação em larga escala de outros conhecimentos diferentes do religioso. No século XIX, a própria Igreja já percebia a necessidade de lutar com as mesmas armas dos adversários. No Brasil passaram a criar diversos jornais como meio de divulgação de sua doutrina e instrumento de ataque aos que lhe contrariavam. Era, como diziam, filhos da Revolução Francesa, de sua “liberdade mal entendida” e “anticlerical”. E assim, naquele período, na Bahia, fez circular um conjunto de

⁶ Sobre a formação das universidades católicas consultar: CASALI, Alípio. “Elite intelectual e restauração da Igreja.” Petrópolis: Vozes, 1995.

jornais com o objetivo de combater as idéias contrárias à sua doutrina. O “Noticiador Católico”, a “Semana Religiosa”, a “Crônica Religiosa” e o “Leituras Religiosas da Bahia” foram jornais que tiveram essa função, mas que não conseguiram sobreviver até o século XX .

Mas outros jornais surgiram no século XX, sendo atuantes em toda a primeira república. Foram a “Revista Eclesiástica”, o “Mensageiro da Fé” e o “Boletim Salesiano”, exemplos dessa nova imprensa católica. Todas auxiliadas pela “Liga ou Centro da Boa Imprensa”. Esta deveria lutar em prol da “boa imprensa”, “fazendo com que os jornais católicos sejam tecnicamente iguais e superiores aos outros”, mantendo sempre e como era comum ao discurso romanizado “a unidade de vistas”. Era fundamental fazer “profissão de total dependência à Santa Sé” (Revista Eclesiástica, maio de 1910: 315-328). A Igreja estava consciente do papel da imprensa e, por isso, afirmou o sumo pontífice Pio X:

Desejamos muito vivamente que o vosso zelo pastoral se aplique por fornecer por uma imprensa excelente, uma excelente nutrição a vossas ovelhas. Não vos faltarão certamente católicos eminentes na doutrina e na virtude. Confia-lhes a missão de escrever sob vossa inspiração, com prudência, caridade e respeito às autoridades, como convém aos que assumem o papel de defender os direitos sagrados da verdade e da justiça. (Revista Eclesiástica, setembro de 1911: 637-640)

Assim, a Liga da Boa Imprensa, como instituição católica deveria ser organizada em todo o país. Deveria promover edições de “bons livros em todos os ramos do saber humano que possam interessar a nossa crença”, diziam. Deveria, por fim, “concorrer para a fundação de bibliotecas populares, círculos de leitura, etc.” (Revista Eclesiástica, maio de 1910: 315-328).

Conclusões finais

Houve ainda outras instituições no período mas, como se pôde perceber, entre as velhas e as novas formas de organização do laicato católico, algumas características se sobressaíram, e, a principal delas foi o controle do clero exercido sobre essas instituições. Os membros do clero, que representavam a Igreja nas paróquias, faziam parte de sua direção no sentido de doutriná-las, enquadrando-as ao modelo romanizado de catolicismo. Instruções que vinham dos bispos e superiormente da Santa Sé romana. Muitas vezes, o desincentivo às tradicionais organizações (irmandades e ordens terceiras), por sua tradição de independência ao poder central, geraram conflitos e, aos poucos, elas foram cedendo espaço a um novo tipo de instituição mais dentro dos padrões desejados.

As funções dessas organizações, como vimos, variavam bastante, mas, no geral, todas serviram como instrumento na defesa dos interesses católicos, que sofriam contestação desde o século XIX, por conta das diversas ideologias políticas, filosóficas ou religiosas. Serviam como instrumento de pressão e de propaganda da doutrina católica, fazendo a mesma, apesar de separada do Estado em 1890, influir na vida da sociedade com um discurso conservador em diversos aspectos. A sobrevivência da Igreja Católica parecia depender de seus fiéis e se embora durante muitos séculos ela tinha sido vista como uma instituição separada em organização e crença diversa das comunidades onde estava inserida, naquele momento mudou sua concepção. Entretanto, manteve sua idéia de hierarquização na sociedade. Os ricos deveriam servir de exemplo para os pobres e os mesmos em total subserviência, deveriam aceitar os “desígnios divinos”, pois era a ordem natural das coisas.

Referências bibliográficas

- AZZI, Riolando. **O Episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. **O Altar unido ao Trono: um projeto conservador**. São Paulo: Paulinas, 1992.
- CARVALHO FILHO, José Eduardo Freire de. **A devoção do Senhor Bom Jesus do Bomfim e sua história**. Bahia: Imprensa Oficial, 1944.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia no século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1992.
- MULLER, Cristiano. **Memória histórica sobre a Religião na Bahia (1823-1924)**. Bahia: Imprensa Oficial, 1923.
- PERES, Fernando da Rocha. **Memória da Sé**. Salvador: UFBA., 1973.
- SANTOS, Israel Silva dos. **Igreja Católica na Bahia: a reestruturação do Arcebispado Primaz (1890-1930)**. Salvador: UFBA., 2006.
- WERNET, Augustin. **A Igreja paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987.